

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 1.104, DE 2015

(Apensados: PL nº 1.455/2015, PL nº 2.055/2015, PL nº 2.358/2015, PL nº 2.445/2015 e PL nº 5.658/2016)

Dispõe sobre a individualização de instalação de hidrômetro nas edificações verticais residenciais e nas de uso misto e nos condomínios residenciais, e dá outras providências.

Autor: Deputado ADAIL CARNEIRO

Relator: Deputado ÁTILA LIRA

I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 1.104/2015, de autoria do nobre Deputado Adail Carneiro, pelo qual passa a ser obrigatória a instalação de hidrômetros individualizados para cada unidade habitacional nas edificações verticais residenciais e nos condomínios residenciais. De acordo com a proposta, o condomínio ou empreendedor poderá optar pelo modelo de hidrometração normatizado pela concessionária ou por outro modelo de hidrometração individualizado. As companhias de água e esgoto das respectivas regiões prestarão orientação para a instalação dos equipamentos, devendo promover a certificação técnica da eficácia dos equipamentos no prazo de cento e vinte dias.

A iniciativa também prevê que as edificações habitacionais e de uso misto já existentes terão o prazo de três anos para a instalação do equipamento de medição, podendo, excepcionalmente, optar por forma alternativa de medição individual quando configurada a inviabilidade técnica ou

econômica da referida instalação, desde que o procedimento escolhido seja previamente aprovado pela companhia de água e esgoto responsável.

Por fim, o projeto prevê a aplicação de penalidades pelas companhias de água e esgoto, em razão do descumprimento das obrigações previstas no projeto, a serem estabelecidas em lei específica.

Apensados ao projeto principal, encontram-se os seguintes projetos: 1.455/2015, 2.055/2015, 2.358/2015, 2.445/2015 e 5.658/2016. Os Projetos nºs 1.455/2015, 2.055/2015 e 2.358/2015 dispõem sobre a cobrança individualizada dos serviços de energia elétrica, água e gás canalizado em unidades residenciais e/ou comerciais de caráter condominial. O Projeto de Lei nº 2.445/2015 propõe a individualização da cobrança pelo consumo de água por meio da alteração da Lei nº 11.445, de 5 janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Por fim, o Projeto de Lei nº 5.658/2016 torna obrigatória a instalação prévia de medidores individuais de consumo de água nas unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, por meio da alteração da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programinha Minha Casa Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.

A proposição principal e seus apensos tramitam em regime ordinário e submetem-se à apreciação conclusiva das Comissões de Defesa do Consumidor; Desenvolvimento Urbano; e Constituição e Justiça e Cidadania (Art. 54 RICD). Nesta Comissão de Defesa do Consumidor, dentro do prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição principal e os projetos a ela apensados tratam da instalação de medidores de consumo individualizados em edifícios ou conjuntos residenciais ou comerciais de caráter condominial.

Embora compartilhem do desígnio de garantir a medição individualizada de consumo, os projetos apresentam distinções relevantes entre si. Dessa forma, enquanto uns abrangem apenas imóveis residenciais, outros criam igualmente a obrigação para unidades comerciais. Da mesma maneira, alguns tratam apenas dos serviços de fornecimento de água, ao passo que outros se referem também aos serviços de gás canalizado e de energia elétrica. Além disso, as proposições têm diferentes aplicações temporais, pois alguns versam apenas sobre construções futuras e outros se aplicam ainda a construções existentes.

Apontadas tais diferenças, os projetos convergem para o objetivo fundamental da obrigatoriedade da medição individualizada, com o fim de proporcionar mais equidade entre os condôminos no pagamento dos serviços por eles usufruídos e de estimular o uso racional de serviços de interesse público, que utilizam bens finitos e de forte impacto ambiental.

Quanto à obrigatoriedade da individualização do consumo de água para novas edificações, ressaltamos que o assunto já se encontra previsto em legislação debatida no âmbito do Congresso Nacional: a Lei nº 13.312, de 12 de julho de 2016, tornou obrigatória a medição individualizada do consumo hídrico nas novas edificações condominiais. Portanto, entendemos que, com relação à individualização da medição do serviço de fornecimento de água para novas unidades condominiais, o assunto foi muito bem disciplinado pela legislação citada.

Com referência às demais demandas de aferição particularizada do consumo, consideramos que as propostas contidas no projeto principal e nos seus apensados harmonizam-se com os preceitos da Lei n.º 8.078, de 1990, (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), uma vez que buscam o desenvolvimento de um mercado de consumo equilibrado e alinhado com os princípios constitucionais da atividade econômica, em especial, com a defesa do meio ambiente (art. 4º, *caput*, e III) e que asseguram a proteção dos interesses econômicos dos consumidores (art. 4º, *caput*).

Por isso, somos favoráveis à aprovação dos projetos. Contudo, em face da necessidade de integrar as suas diversas propostas, apresentamos

substitutivo no qual tentamos aproveitar o melhor de cada um dos projetos, de maneira a incluir no campo de abrangência da norma as unidades residenciais e comerciais, bem como os serviços de fornecimento de água, energia elétrica e gás canalizado, tudo em consonância com a legislação existente.

Por todo o exposto, votamos pela **aprovação** dos Projetos de Lei nºs 1.104, de 2015; 1.455, de 2015; 2.055, de 2015; 2.358, de 2015; 2.445, de 2015; e 5.658, de 2016, na forma do Substitutivo que ora apresentamos anexo.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado ÁTILA LIRA

Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.104, DE 2015

(Apensados: PL nº 1.455/2015, PL nº 2.055/2015, PL nº 2.358/2015, PL nº 2.445/2015 e PL nº 5.658/2016)

Dispõe sobre a medição individualizada dos serviços de fornecimento de água, energia elétrica e gás canalizado em edificações de caráter condominial e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a medição individualizada dos serviços de fornecimento de água, energia elétrica e gás canalizado em edificações de caráter condominial.

Art. 2º É obrigatória a instalação de medidores individuais de consumo de água, energia elétrica e gás canalizado nas unidades residenciais ou comerciais das edificações de caráter condominial.

Parágrafo único. A instalação individual dos medidores não dispensa a medição do consumo global da edificação, para a apuração de consumo da área comum.

Art. 2º As prestadoras dos serviços de fornecimento de água, energia elétrica e gás canalizado apresentarão o resultado da avaliação técnica da eficácia e da eficiência dos equipamentos instalados no prazo de trinta dias do pedido de certificação.

Parágrafo único. As prestadoras dos serviços de fornecimento de água prestarão as orientações técnicas necessárias para a instalação dos equipamentos a que se refere o *caput* deste artigo.

Art. 3º A manutenção do sistema individual de medição é de responsabilidade do cliente, competindo às prestadoras do serviço a conservação dos medidores.

Art. 4º As edificações e condomínios construídos anteriormente à publicação desta Lei terão o prazo de três anos para a instalação individualizada dos medidores.

§ 1º Ficam desobrigadas da instalação de medidores individuais para aferição do consumo de água, energia elétrica e gás canalizado as edificações de caráter condominial existentes antes da vigência desta Lei que comprovarem perante a prestadora de serviço de fornecimento a inviabilidade técnica ou econômica da instalação de medidores individuais.

§ 2º Será considerada inviável a instalação de medidor individual, do ponto de vista técnico, quando as condições estruturais da edificação não a permitam e, do ponto de vista econômico, quando resulte, por qualquer dos modelos indicados pela prestadora do serviço de fornecimento, em custo econômico-financeiro desproporcional aos benefícios que dela se esperam.

§ 3º A inviabilidade técnica e econômica de que tratam os parágrafos anteriores será decidida pela Assembleia Geral de Condôminos ou órgão equivalente.

Art. 5º Pelo descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Lei, o condomínio ficará sujeito a penalidades, estabelecidas em lei específica, a serem aplicadas pelas prestadoras de serviço de fornecimento de água, energia elétrica e gás canalizado.

Art. 6º Esta lei entra em vigor após decorridos três anos da sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado ÁTILA LIRA
Relator

2017-14555